



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2025-TRE/RN

**SELEÇÃO DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS**

Processo SEI nº 3244/2024-TRE/RN

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE** (CNPJ: 05.792.645/0001-28), doravante denominado **TRE/RN**, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 165, Tirol, Natal/RN (59015-290), neste ato representado pela sua Diretora-Geral, **Ana Esmera Pimentel da Fonseca**, torna público que realizará processo de **credenciamento de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis**, para recolhimento e processamento de material reciclável e reutilizável produzido em imóveis da Justiça Eleitoral localizados em Natal/RN, conforme condições estabelecidas no presente Edital e em seus anexos e de acordo com a legislação vigente e pertinente à matéria.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Período: De **14/05/2025** a **05/06/2025**

Destinatário: Seção de Licitações do TRE/RN

Endereço eletrônico: **pregao@tre-rn.jus.br**

FAZEM PARTE DESTE EDITAL

- a) **Anexo 1:** Termo de Referência;
- b) **Anexo 2:** Ficha de Inscrição do Representante Legal da Cooperativa ou Associação;
- c) **Anexo 3:** Modelo de Declaração da Associação ou Cooperativa declarando que possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados pela TRE/RN, bem como apresenta o sistema de rateio entre os associados e cooperados;
- d) **Anexo 4:** Minuta do Termo de Sigilo e Confidencialidade;
- e) **Anexo 5:** Minuta de Acordo de Cooperação Técnica.

1 – OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. O presente Edital tem por objeto o **credenciamento de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis (DESTINATÁRIAS)** para recolhimento e processamento do material reciclável e reutilizável produzido nas dependências de imóveis da Justiça Eleitoral localizados em Natal/RN, conforme discriminação constante no Termo de Referência (Anexo deste Edital).

1.2. As associações e/ou cooperativas credenciadas serão responsáveis por coletar, transportar e dar o destino ambientalmente adequado ao material reciclável e reutilizável acima mencionado, **sem ônus para o TRE/RN**, respeitando-se todas as diretrizes de proteção do meio ambiente.

1.3. Será também criado cadastro reserva das associações e/ou cooperativas remanescentes, classificadas em ordem de sorteio, que poderá ser usado em caso de substituição da sorteada em primeiro lugar ou das que a sucederem.

1.4. Será permitido o cadastramento permanente de novos interessados, durante o período em que o Edital permanecer vigente e disponível no portal da transparência do TRE/RN.

1.5. As entidades credenciadas após a data prevista neste Edital para o recebimento dos documentos de habilitação serão inseridas na última posição da lista de entidades credenciadas, de acordo com a ordem cronológica de apresentação dos documentos de habilitação, a fim de definir o momento em que serão convocadas para celebração dos Acordos de Cooperação Técnica e correspondente prestação de serviços.

1.6. Os Acordos de Cooperação Técnica terão vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura de cada Acordo.

1.7. Os resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis serão recolhidos em dias e horários previamente definidos pelo TRE/RN.

1.8. Caso os resíduos não sejam recolhidos nos dias e horários preestabelecidos, o TRE-RN poderá, a seu critério, providenciar outra destinação dos materiais, com o objetivo de não prejudicar os trabalhos na instituição.

1.9. O transporte dos resíduos recicláveis será realizado por veículo cadastrado junto à área de segurança do TRE/RN, conforme as normas e diretrizes de segurança vigentes.

1.10. Os resíduos e materiais recicláveis recebidos em função do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado não poderão em hipótese alguma ser descartados em terrenos baldios ou destinados a aterros municipais, uma vez que o objeto é garantir a reutilização e reciclagem dos resíduos.

1.11. A associação e/ou cooperativa DESTINATÁRIA deverá realizar destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem.

1.12. Durante a execução do Acordo de Cooperação Técnica, a entidade selecionada poderá ser visitada, bem como poderá ser verificada a destinação dos materiais recolhidos, com vistas a confirmar o cumprimento das condições ajustadas, inclusive quanto aos resultados econômico, social e ambiental pretendidos.

2 – REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar do processo seletivo as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

2.1.1. Estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda e que, não possuam fins lucrativos, a serem comprovadas por meio do estatuto social.

2.1.2. Possuam infraestrutura (ou convênio com grandes empresas) para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

2.1.4. Adotem o sistema de rateio entre os associados e cooperados, por meio de declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital;

2.2. A participação neste processo de credenciamento implica aceitação plena e irrevogável das normas constantes deste Edital.

2.3. É vedada a participação no processo de credenciamento de Pessoa Física ou Jurídica que:

I – esteja impedida de licitar ou contratar com a União; ou

II – mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE/RN ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. As cooperativas e/ou associações interessadas em participar da seleção deverão comprovar atendimento aos requisitos de credenciamento mediante apresentação dos documentos abaixo listados:

a) Ficha de Inscrição do Representante Legal da Cooperativa/Associação (Anexo 3 deste Edital);

b) Modelo de Declaração da Associação ou Cooperativa afirmando que possui infraestrutura para realizar a coleta e destinação do material reciclável e reutilizável produzido nas dependências de imóveis da Justiça Eleitoral localizados em Natal/RN e que adota o sistema de rateio entre os associados e cooperados (Anexo 4 deste Edital);

c) Termo de Sigilo e Confidencialidade (Anexo 5 deste Edital);

d) estatuto, regimento interno ou contrato social da cooperativa ou associação, registrado no cartório competente, e as eventuais alterações desses documentos.

3.2. Como condição prévia ao exame dos documentos necessários ao credenciamento, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

3.3. A documentação deverá ser enviada digitalizada para o e-mail **pregao@tre-rn.jus.br** (Seção de Licitações do TRE/RN).

3.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados até o dia **03/06/2025**.

4 – REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA

4.1. Os atos formais realizados em nome das associações ou cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal devidamente credenciado, sendo o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos perante o TRE/RN, na forma prevista neste Edital.

4.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados no ato da inscrição os seguintes documentos:

4.2.1. documento oficial de identidade do representante legal da cooperativa ou associação; e

4.2.2. documento que habilite o credenciado a representar a entidade, tais como: procuração pública ou particular com firma reconhecida, ou estatuto social acompanhado da ata da eleição.

4.3. O representante da associação ou cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de Habilitação, conforme Cláusula 3 deste Edital.

4.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma associação ou cooperativa.

5 - ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O julgamento dos documentos de habilitação para o presente credenciamento será realizado pela Seção de Licitações do TRE/RN, com o auxílio do Núcleo Socioambiental do TRE/RN.

5.2. Poderão ser solicitadas diligências para suprir eventuais dúvidas e/ou sanar erros ou falhas que não alteram a substância dos documentos e sua validade jurídica.

5.3. Após a análise dos documentos, a Seção de Licitações do TRE/RN decidirá motivadamente sobre o credenciamento das entidades interessadas, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data de realização do sorteio, ou do momento do recebimento dos documentos de habilitação, formalizando sua decisão nos autos do processo administrativo e elaborando uma lista contendo a relação das entidades credenciadas e das inabilitadas para o credenciamento.

5.4. O credenciamento será HOMOLOGADO pela Diretoria-Geral do TRE/RN.

5.5. A lista contendo a relação das credenciadas e das entidades inabilitadas para o credenciamento será divulgada no Portal da Transparência do TRE/RN.

5.6. As interessadas que não lograrem êxito no credenciamento, após a publicação referida no **subitem 5.5** deste Edital, poderão requerer novo credenciamento e complementar à entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, durante a vigência do presente edital de credenciamento.

5.7. A partir da data de divulgação de cada lista, iniciará o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso contra o resultado da habilitação para o credenciamento, devendo o interessado apresentá-lo formalmente à Seção de Licitações do TRE/RN, exclusivamente por mensagem eletrônica, para o seguinte endereço eletrônico: **pregao@tre-rn.jus.br**.

5.8. Encerrado o prazo estabelecido no **subitem 5.7** deste Edital e havendo interposição de recursos, a Seção de Licitações do TRE/RN poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.

5.9. Não sendo reconsiderada a decisão, o processo deverá ser encaminhado à Autoridade Competente, para julgamento do recurso por decisão fundamentada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos, com o posterior encaminhamento do resultado final para divulgação no sítio eletrônico do TRE/RN.

5.10. O recurso interposto contra a decisão não terá efeito suspensivo ao procedimento de credenciamento.

5.11. Havendo mais de uma entidade habilitada, serão todas chamadas para comparecer à sessão pública, perante representante da Seção de Licitações do TRE/RN, em local e horário a serem informados, para a realização de sorteio, a fim de definir a ordem em que cada entidade credenciada será convocada para celebração do Convênio e correspondente prestação dos serviços.

5.11. O sorteio deverá ordenar todas as instituições credenciadas que tiverem enviado os documentos de habilitação até o dia **30/06/2025**.

5.11.1. Realizado o sorteio, será elaborada a lista das entidades credenciadas, com a ordem de classificação para a celebração dos Acordos de Cooperação Técnica e correspondente prestação dos serviços, a qual será publicada no Portal da Transparência do TRE/RN.

5.12. Caso haja o credenciamento de novas entidades após o prazo definido, elas serão inseridas na última posição da lista, de acordo com a ordem cronológica de apresentação dos documentos de habilitação, a fim de definir o momento em que serão convocadas para celebração dos Acordos de Cooperação Técnica.

5.13. O resultado da sessão pública será registrado em **ata**.

5.14. Os procedimentos adotados para credenciamento previsto neste Edital serão homologados pela Autoridade Competente.

6 – ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E DESCRENCIAMENTO

6.1. O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade do TRE/RN.

6.2. Poderá ser realizado o descredenciamento quando houver:

- a)** pedido formalizado pelo credenciado;
- b)** perda das condições de habilitação do credenciado;
- c)** descumprimento injustificado do Acordo de Cooperação Técnica pelo credenciado;
- d)** sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.3. O credenciado que desejar seu descredenciamento deverá solicitá-lo mediante comunicação, por escrito, encaminhada à Diretoria-Geral do TRE/RN, por meio do endereço eletrônico gapdg@tre-rn.jus.br.

6.4. O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento da entidade credenciada, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Fica facultada à entidade credenciada a apresentação de defesa escrita, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação de descredenciamento.

7 - ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

7.1. Encerrado o processo de credenciamento, após homologado o procedimento pela Autoridade Competente, as entidades credenciadas serão convocadas para celebração do convênio e correspondente prestação dos serviços.

7.2. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação enviada pelo setor competente do TRE/RN, para a entidade credenciada assinar o Acordo de Cooperação Técnica decorrente deste credenciamento.

7.3. No ato da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o representante legal da entidade credenciada deverá comprovar os documentos que lhe outorgam poder para firmar o Acordo (contrato social e/ou procuração).

7.4. A convocação para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica poderá, a critério do TRE/RN, ocorrer de acordo com o seguinte procedimento:

a) envio, pelo TRE/RN, do instrumento do Acordo de Cooperação Técnica em formato de arquivo eletrônico, tipo Portable Document Format (.pdf), via correio eletrônico, direcionado ao endereço eletrônico informado pela entidade credenciada;

b) devolução, pela entidade credenciada, do instrumento de Acordo de Cooperação Técnica assinado pelo seu representante legal, em formato de arquivo eletrônico, tipo Portable Document Format (.pdf), assinado digitalmente por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, devendo o arquivo eletrônico assinado ser devolvido ao TRE/RN, via correio eletrônico (e-mail), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do arquivo eletrônico, sob pena de decair o direito à assinatura do Acordo.

7.4.1. Alternativamente, a convocação para assinatura do contrato poderá ser realizada no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mediante cadastramento prévio do representante legal da entidade credenciada.

7.5. O representante legal da entidade credenciada também poderá optar por assinar o Acordo de Cooperação Técnica de forma não digital, devendo, nessa hipótese, comparecer ao edifício-sede do TRE/RN para assinatura do Acordo, no endereço Avenida Rui Barbosa, nº 165, Tirol, Natal/RN (59015-290), mediante agendamento prévio perante a Seção de Editais e Contratos do TRE/RN (SEDIC), via telefone [(84)3654-5252] ou correio eletrônico (sedic@tre-rn.jus.br).

7.6. O prazo para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela entidade credenciada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/RN.

SEÇÃO 8 – DA VIGÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

8.1. O Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura.

8.2. No caso de existir apenas uma entidade habilitada para realizar o recolhimento na mesma edificação, o Acordo de Cooperação Técnica poderá ser prorrogado de forma sucessiva, a cada 12 (doze) meses, observado o limite máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Havendo mais de uma entidade habilitada para realizar o recolhimento na mesma edificação, será realizado revezamento a cada 12 (doze) meses, observada a ordem de classificação prevista na lista de instituições credenciadas em decorrência deste Edital, mediante a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a respectiva entidade.

8.4. Será permitida a celebração de um novo Acordo de Cooperação Técnica, com vigência de 12 (doze) meses, após todas as instituições credenciadas terem prestado o serviço, na respectiva ordem de classificação prevista na lista de instituições credenciadas em decorrência deste Edital, observado o limite de 10 (dez) anos para cada credenciada.

8.5. O TRE/RN, em juízo de conveniência e oportunidade, mediante decisão fundamentada, poderá não realizar a prorrogação e/ou a renovação do Acordo de Cooperação Técnica.

8.6. Na eventualidade de descumprimento de obrigações estabelecidas ou outro fato que resulte na extinção do Acordo de Cooperação Técnica, o TRE/RN poderá, ao seu critério, extinguir o acordo, convocando a próxima credenciada, conforme a ordem de classificação estabelecida, para celebração do acordo e correspondente prestação dos serviços.

SEÇÃO 9 – MODELO DE GESTÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

9.1. O modelo de gestão e de fiscalização do presente Acordo de Cooperação Técnica consta no Termo de Referência (Anexo 1 deste Edital).

SEÇÃO 10 – OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

10.1. São obrigações do TRE/RN:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Acordo de Cooperação Técnica, procedendo o registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento;

b) proporcionar a disponibilização adequada dos resíduos recicláveis, evitando a sua disposição como lixo;

c) solicitar à DESTINATÁRIA (entidade credenciada) e a seus associados, dirigentes e representantes, a adoção das providências necessárias ao bom andamento das atividades ajustadas;

d) implantar, acompanhar e controlar a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como acompanhar a coleta realizada pela entidade credenciada dos materiais recicláveis, assegurando-se de que atendam todas as condições estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica e na legislação vigente;

e) promover a conscientização e a educação ambiental regular ao seu público interno e externo, de forma que a segregação dos resíduos recicláveis seja realizada corretamente e colabore para um melhor aproveitamento dos materiais destinados à reciclagem;

f) notificar a DESTINATÁRIA para que regularize impropriedade/irregularidade que prejudique o objetivo ou os resultados sociais, econômicos e/ou ambientais almejados, sob pena de extinção do acordo, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

10.2. São obrigações da DESTINATÁRIA (entidade credenciada), além do cumprimento de outras obrigações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo 1 deste Edital):

a) apresentar, relação nominal de todos os associados, dirigentes e representantes da DESTINATÁRIA que terão acesso aos locais onde as atividades de recolhimento serão realizadas.

b) executar atividades previstas no Acordo de Cooperação Técnica, com rigorosa observância às condições e objetivos pactuados, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social dos catadores de materiais recicláveis associados;

c) obedecer, respeitar e cumprir integralmente as normas de funcionamento do TRE/RN quando da coleta dos resíduos descartados, conforme orientações a serem fornecidas pela fiscalização do Acordo de Cooperação Técnica;

d) recolher, separar, enfardar e armazenar temporariamente os resíduos recicláveis e carregar contêineres e veículos transportadores;

e) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações e/ou bens do TRE/RN;

f) responsabilizar-se pela não divulgação de dados e/ou informações constantes nos resíduos recolhidos, conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo 1 deste Edital);

g) responsabilizar-se regularidade fiscal/financeira/técnica do veículo automotor, próprio ou de terceiros, utilizado para transporte dos resíduos recicláveis descartados, e pela obrigatoriedade de direção por motorista devidamente habilitado, com Carteira Nacional de Habilitação com data de vigência válida e categoria compatível com o veículo;

h) comunicar, imediatamente, e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado no Acordo de Cooperação Técnica, tal como a impossibilidade de encaminhamento para reciclagem de quaisquer dos tipos de resíduos coletados no TRE/RN;

i) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados no trabalho, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o acordo de cooperação;

j) utilizar os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva exigidos pelas normas de proteção ao trabalhador;

k) zelar pela limpeza e higiene durante a coleta e o transporte dos resíduos descartados;

l) não contratar trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

m) não transferir a terceiros as obrigações e responsabilidades decorrentes do acordo de cooperação técnica;

n) manter, durante a vigência do acordo de cooperação, as condições de credenciamento para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes correspondentes;

o) observar a legislação vigente para destinação dos resíduos sólidos recebidos, priorizando o melhor aproveitamento dos materiais e a consequente diminuição dos resíduos encaminhados para aterros sanitários.

11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações previstas neste instrumento, que resultar na caracterização das infrações tipificadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, poderá acarretar a aplicação das seguintes penalidades à entidade credenciada:

I – Advertência, na forma do art. 156, inciso I e §2º, da Lei nº 14.133/2021;

II – Impedimento de licitar e contratar com a União, na forma do art. 156, inciso III e §4º, da Lei nº 14.133/2021;

III – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV e §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Em razão da natureza do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com as entidades credenciadas, não serão aplicadas multas pecuniárias.

11.3. O disposto no **subitem 11.2** deste Edital não desonera a entidade credenciada de promover as reposições e reparações financeiras que se fizerem necessárias por ato ou fato que tenha dado causa a prejuízos ao erário e/ou a terceiros.

11.4. A apuração de eventual prática de irregularidades e a aplicação de sanções será registrada em processo administrativo específico, no qual será assegurado à entidade credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.5. A entidade credenciada será intimada para ciência do processo administrativo autuado para apuração de descumprimento contratual e aplicação de penalidades, oportunidade em que lhe será facultada a apresentação de defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação.

11.6. No mesmo prazo estabelecido para a apresentação da defesa escrita, a entidade credenciada, sempre que possível, deverá regularizar a inconformidade apontada pelo TRE/RN.

11.7. A aplicação de qualquer sanção administrativa não exclui a responsabilidade da credenciada por eventuais perdas e danos causados ao TRE/RN.

11.8. A cada celebração de Acordo de Cooperação Técnica, havendo mais de uma entidade habilitada, o TRE/RN atualizará a classificação das entidades credenciadas, passando para o final da lista aquela que por último assinou o Acordo.

11.11. Os procedimentos de apuração de irregularidades e de aplicação de sanções administrativas observarão o disposto na legislação vigente.

12 – HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

12.1. O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser extinto, a qualquer tempo, das seguintes formas:

I – por ato unilateral e escrito do TRE/RN, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre os partícipes;

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2. A extinção do Acordo de Cooperação Técnica será formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução do Acordo de Cooperação Técnica, será suspensa a doação de resíduos, notificando-se a entidade credenciada para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do Acordo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Na hipótese de extinção do Acordo de Cooperação Técnica, a próxima destinatária credenciada poderá ser convocada para dar continuidade à coleta de resíduos.

13 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. Todos os resíduos sólidos recolhidos deverão ser objeto de descarte e/ou destinação ambientalmente corretos, observados os parâmetros da Política Nacional de Resíduos Sólidos e as demais normas e regulamentos sobre a matéria.

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Edital de Credenciamento vigorará por prazo indeterminado, enquanto perdurar o interesse do TRE/RN, sendo facultado às associações e cooperativas interessadas a formalização de seu credenciamento, nos termos definidos neste instrumento, durante o período em que o Edital permanecer vigente.

14.2. O TRE/RN não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela destinatária ou seus associados ou cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

14.3. A execução da atividade, formalizada por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica, será gratuita e não representará qualquer relação de trabalho de nenhuma natureza entre o TRE/RN e os profissionais catadores associados ou cooperados.

14.4. Os atos formalizados em nome da Destinatária (entidade credenciada) deverão ser praticados por representante legal.

14.5. Cada representante legal poderá representar apenas uma Destinatária.

14.6. Quaisquer esclarecimentos a respeito dos termos deste Edital poderão ser obtidos por e-mail [pregao@tre-rn.jus.br].

14.7. Nenhuma indenização será devida às associações ou cooperativas interessadas por apresentarem documentação relativa ao presente Edital.

14.8. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.

14.9. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados a qualquer tempo, enquanto o edital permanecer vigente, sendo que eventuais retificações efetuadas no Edital não prejudicarão as entidades que já tenham sido credenciadas previamente.

14.10. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados a qualquer tempo, enquanto o presente Edital permanecer vigente, sendo que eventuais retificações efetuadas no Edital não prejudicarão as entidades que já tenham sido credenciadas previamente.

14.11. A Seção de Licitações do TRE/RN responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

14.12. Em caso de acolhimento da impugnação, o Edital retificado será republicado.

14.13. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Seção de Licitações do TRE/RN será motivada nos autos.

14.14. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no endereço eletrônico do TRE/RN na internet.

14.15. Este Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

14.16. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pela Seção de Licitações do TRE/RN em dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, ou nas sextas-feiras, no horário das 8h às 14h, via telefone [(84) 3654-5481/5482] ou correio eletrônico [pregao@tre-rn.jus.br].

Natal/RN, **09 de maio** de 2025.

Ana Esmera Pimentel da Fonseca

Diretor(a)-Geral do TRE/RN